

Formação dos trabalhadores e luta de classes

Célia Regina Vendramini¹

Domingos Leite Lima Filho²

Mariléia Maria da Silva³

Na apresentação deste Dossiê, não podemos deixar de vincular o tema em debate com a conjuntura brasileira. Como encerramos o ano de 2016? Com forças em luta! Diversos grupos, setores, categorias de trabalhadores, estudantes e jovens saíram às ruas, levantando diferentes bandeiras e expressando projetos de sociedade diferenciados. Muitos bateram panelas em defesa da moralização da política e pelo combate à corrupção, seja pela via democrática ou pela força (alguns ativistas chegaram a levantar cartazes pela volta da ditadura militar no país). Outros foram às ruas defender a permanência do governo diante do processo de *impeachment* e a continuidade das reformas em curso. Há ainda os que exigiam que o governo avançasse de forma mais profunda e radical na direção das reformas econômicas e sociais. Por fim, também ouvimos vozes dos que lutavam pelo fim do capital, como estratégia para a superação das profundas desigualdades sociais.

Estas vozes, entretanto, não ecoavam nos meios populares, na periferia, nas favelas, entre os trabalhadores mais precarizados. Por que? Seria o poder dos meios de comunicação imbuídos em formar opinião, consenso e consumo? Ou melhor, em fazer com que grande parte da população brasileira permanecesse no silêncio e na invisibilidade? Seria o poder judiciário com sua autoridade a insistir na normalidade e na ideia de que está tudo sob controle? Seria o poder legislativo completamente desacreditado e sem qualquer legitimidade a gerar o desinteresse pela política?

¹ Professora na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: celia.vendramini@ufsc.br

² Professor na Universidade Federal Tecnológica do Paraná. E-mail: domingos@uftpr.edu.br

³ Professora na Universidade Estadual de Santa Catarina. E-mail: marileiamaria@hotmail.com

Temos a expressão do processo de dominação, correlato ao processo de exploração, exercido, segundo Miliband (1999), por uma elite do poder composta por pessoas que controlam as poucas centenas de grandes empresas industriais, financeiras e comerciais no setor privado da economia; e por pessoas que controlam as posições de comando do sistema estatal (executivo, legislativo e judiciário).

Entretanto, 2016 nos brindou com novidades a compor o cenário para o debate que estamos buscando abrir. A partir do mês de outubro, estudantes secundaristas começaram a ocupar escolas públicas e institutos federais e estudantes universitários seguiram o exemplo e ocuparam centros de ensino, reitorias e outros espaços das universidades. Conforme os dados divulgados pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, em 28 de outubro haviam 1197 escolas ocupadas (<https://ubes.org.br/2016/ubes-divulga-lista-de-escolas-ocupadas-e-pautas-das-mobilizacoes/>). Desta vez, bairros, escolas e estudantes da periferia também compuseram a mobilização. Escolas começaram a ganhar vida, cor, arte, poesia. Pais entraram na escola não apenas para receber boletins dos filhos, mas para participar de debates, para acompanhar os filhos na ocupação e para defender a escola. Professores se engajaram na luta e observaram que a formação poderia extrapolar as portas das salas de aula, compondo nesta ação e na luta coletiva elementos que podem ser considerados embriões da constituição de uma coletividade e solidariedade de classe, como instâncias intermediárias entre os indivíduos e a sociedade (MAKARENKO, 2005).

O debate e as ações de ocupação e mobilização se espalharam rapidamente, ou como tem sido dito por estudantes, transbordaram. Transbordaram inclusive os muros das escolas. Aos poucos, a PEC 55 (a que congela os investimentos sociais por 20 anos) tornou-se conhecida e combatida. A medida provisória 746, que visa a contrarreforma do Ensino Médio, foi amplamente debatida entre estudantes, professores e também pais e, da mesma forma, rejeitada. Os projetos em torno da Escola Sem Partido também ficaram conhecidos no meio escolar e universitário e logo uma campanha se espalhou, a da Escola Sem Mordaza.

O crescimento das ocupações estudantis em defesa da educação pública, entretanto, foi acompanhado pela intolerância, agressões físicas e

verbais, provocações e outras formas de violência. Estudantes defendendo o retorno às aulas e a desocupação, mais preocupados com o término do semestre ou do ano letivo e, inclusive, apoiando a PEC 55 e outras reformas que a acompanham, se apresentaram, de forma isolada e individual, ou de forma organizada, muitos deles em torno do Movimento Brasil Livre (MBL)⁴.

As intolerâncias não têm limites. Atacam-se principalmente as estudantes do sexo feminino, os negros e os jovens homossexuais. Manifesta-se o preconceito, a discriminação e a opressão de gênero, etnia, sexual, religiosa (especialmente de matriz africana) e de pobreza. Não se admite que outras visões de mundo, de educação e de conhecimento se apresentem. Mais do que isso, não se admite o pensamento crítico.

Violências também foram praticadas pelas direções de algumas escolas e reitorias de institutos federais e universidades, fechadas ao diálogo ou com medo dos seus próprios estudantes, ou pela pressão das secretarias regionais e estaduais de ensino, “preocupadas” com o cumprimento do calendário letivo. A força policial foi muitas vezes acionada, adentrando violentamente e com tropa de choque os espaços escolares. Estudantes preocupados com a escola pública passaram a ser tratados como “baderneiros”, “marginais” e “esquerdistas”.

4 Para compreender o MBL é necessário saber quem são seus financiadores. Por trás desse movimento está a empresa imperialista dos irmãos Koch, que é responsável por um faturamento de 115 bilhões de dólares anuais. A indústria Koch tem suas principais atividades ligadas à exploração de óleo e gás; ela esteve envolvida no roubo de 5 milhões de petróleo em uma reserva ambiental e foi multada em 30 milhões de dólares por conta de vazamento de óleo. De acordo com a Carta Capital, os irmãos Charles e David Koch são sócios, possuem 42,9 bilhões de dólares e estão em sexto e sétimo lugar na última lista dos 10 mais bilionários do mundo. O irmão caçula, Bill Koch, tem um império de 2,8 bilhões e financia políticos conservadores norte-americanos. Todos esses são filhos de Fred Chase Koch, um empresário de petróleo, admirador de Mussolini e um dos fundadores em 1958 da organização ultradireitista John Birch Society. (“Quem são os irmãos Koch?”, publicado pela Carta Capital em 23/03/2015). Em outra reportagem, de 2016, a revista reuniu documentos que revelam o patrimônio obscuro e ligações de políticos corruptos com os líderes do Movimento no Brasil. Estes estão longe de ser apartidários (um dos líderes admitiu que o grupo recebeu apoio financeiro do PSDB), como aparentam, ou éticos: Uma investigação de *Carta Capital* na cidade de origem do movimento, Vinhedo, cidade de 70 mil habitantes na região metropolitana de Campinas (SP), revela que no próprio quintal a turma do MBL não hesita em adotar as velhas práticas criticadas nas manifestações “contra a corrupção”. (“MBL, heróis com pés de barro”, publicado pela Carta Capital em 20/06/2016).

Na votação da PEC 55 em primeiro e segundo turno no senado federal, os milhares de estudantes, professores e movimentos sociais foram “recebidos” com bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha, spray de pimenta, cavalaria e tropa de choque. Assistiu-se a uma verdadeira cena de guerra.

O que esta situação revela? Em nossa análise, os conflitos e confrontos não são de ordem moral ou individual. Eles são a expressão da luta de classes. Estão em disputa projetos formativos antagônicos. Para os jovens filhos da classe trabalhadora interessa uma escola pública bem equipada, com qualidade e professores valorizados e bem pagos. Para o Estado capitalista, a escola para estes jovens pode ser mínima, reduzida a um conjunto básico de conteúdos (matemática, língua portuguesa e inglês), direcionada para o mercado de trabalho e visando conter a demanda pelo ensino superior.

As lutas assumem, de acordo com Miliband (1999), uma multiplicidade de formas e expressões, mas pode-se identificar duas categorias gerais: de um lado, a classe dominante procura defender, manter e fortalecer a ordem social; de outro lado, a classe subordinada, ou a minoria ativista, está envolvida num processo permanente de pressão de baixo para cima. Esta pode ser exercida para modificar ou melhorar as condições de vida ou para erradicar por completo a subordinação.

É a partir deste quadro rapidamente apresentado que introduzimos o tema deste Dossiê – “Formação dos trabalhadores e luta de classes”, com a compreensão de que os projetos educacionais são fruto de disputas de diferentes concepções de mundo e, portanto, expressam a luta de classes.

O Dossiê que ora apresentamos tem o objetivo de aprofundar o debate acerca das disputas de classe em suas manifestações nas políticas de formação dos trabalhadores; ampliar a discussão em torno dos vários espaços formativos do trabalhador para além das instituições escolares, contemplando variadas experiências educacionais que envolvam a relação trabalho e educação em diferentes espaços sociais (escola, trabalho, moradia, movimentos sociais); e, por fim, debater e aprofundar questões relacionadas às referências teórico-metodológicas que têm sustentado as produções teóricas dos pesquisadores da área Trabalho e Educação no Brasil.

Os artigos que compõem o Dossiê foram apresentados e debatidos no III INTERCRÍTICA - Intercâmbio Nacional dos Núcleos de Pesquisa em Trabalho e Educação, realizado na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), em Curitiba, no período de 28 a 30 de setembro de 2016. O encontro foi organizado pelo GT Trabalho e Educação (GT 09) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – ANPED e pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia – GETET/UTFPR.

O INTERCRÍTICA se caracteriza como encontro de trabalho e troca de experiências entre os vários grupos de pesquisa vinculados ao GT Trabalho e Educação. Este constitui um fórum de discussão sobre as relações entre o mundo do trabalho e a educação, enfocando temáticas como: trabalho na sua dimensão ontológica e nas suas formas históricas de trabalho escravo e trabalho alienado sob o capitalismo, formação profissional, formação sindical, reestruturação produtiva, organização e gestão do trabalho, trabalho e escolaridade, trabalho e educação básica, trabalho e educação nos movimentos sociais, trabalho docente, dentre outras que tomam a relação entre o trabalho e a educação como eixo de análise.

O I INTERCRÍTICA ocorreu no ano de 2002, na cidade de Niterói (RJ), organizado pelo NEDDATE/UFF – Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação -, no qual os principais grupos brasileiros de pesquisa em trabalho e educação organizados, bem como alguns outros emergentes e a coordenação do GT Trabalho e Educação da ANPEd, reuniram-se apresentando os respectivos percursos históricos dos núcleos presentes no encontro, suas linhas de pesquisa e atuação, seus vínculos institucionais e associações interinstitucionais e seus referenciais teórico-metodológicos.

Desde então o GT Trabalho e Educação tem construído e possibilitado a socialização e problematização de conhecimentos pertinentes à área de Trabalho e Educação, buscando fortalecer, ampliar e aprofundar as discussões sobre as questões relativas a essa temática, a partir da categoria trabalho, visando atuar no sentido da construção e consolidação de projetos de pesquisa voltados para a emancipação social, política, ética e cultural dos trabalhadores. Dessa forma, a interlocução entre grupos e pesquisadores

veio se dando nos momentos das reuniões anuais da ANPEd e em outros espaços, uma vez que o II INTERCRÍTICA foi realizado somente no ano de 2014, sendo o evento organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação – GEPTe/UFPA, na cidade de Belém, ocasião em que o GT 09 também indicou a necessidade de realizar-se o INTERCRÍTICA bianualmente, intercalando-o com as Reuniões nacionais, considerando a nova configuração da Reunião nacional da ANPEd, que a partir de 2013 passou a ser bianual. Na continuidade, durante a 37ª. Reunião Anual da ANPEd, realizada em Florianópolis no ano de 2015, o GT 09 aprovou a realização do III INTERCRÍTICA na cidade de Curitiba, em 2016.

Tendo em vista as mudanças no mundo do trabalho, a discussão de políticas educacionais, e seus vínculos com a organização e formação da classe trabalhadora, entre outros elementos, além do grande volume da produção acadêmica na área, que implicam a necessidade da permanente interlocução e debate que aglutine pesquisadores e núcleos de pesquisa que mobilizam o GT 09, o INTERCRÍTICA constitui-se como espaço de reflexão e crítica, para avaliar os rumos que vêm sendo tomados pelos diferentes núcleos e identificar as possibilidades e limites que se delineiam para a área, assim como a socialização e problematização das produções de estudantes e pesquisadores.

O III INTERCRÍTICA reuniu em torno de 250 participantes de cerca de 20 estados do País, desde graduandos e pós-graduandos, professores, educadores e pesquisadores que se dedicam às temáticas relacionadas a trabalho e educação, conforme uma programação que reuniu mesas de debates, grupos de trabalho, exposições de pôsteres, lançamentos de livros e apresentações culturais⁵. Os pesquisadores professores e estudantes vinculados aos núcleos de pesquisa inscritos no evento apresentaram trabalhos de sua autoria e/ou do coletivo dos Grupos de Pesquisa na forma de Pôster exibido na exposição permanente que ficou aberta ao público

⁵ A programação do III INTERCRÍTICA e a relação de grupos de pesquisa com participantes inscritos no evento pode ser consultada na Seção Memória e Documentos deste dossiê.

durante todo o evento, oportunizando um espaço de socialização de suas pesquisas, vivências, experiências, análises e produções⁶.

O tema central do III INTERCRÍTICA e do presente Dossiê em torno da questão da formação dos trabalhadores e luta de classes, prioriza reflexões teóricas e metodológicas estruturadas em três questões subtemáticas.

A primeira questão, tratada no texto “Formação dos trabalhadores e luta de classes”, de autoria de Virgínia Fontes, se refere à relação entre educação, trabalho e luta de classes, buscando aprofundar e pautar a questão da luta de classes e a categoria “classe social” inserida no contexto da atual conjuntura econômica, política e educacional, evidenciando as posições e tensões de classe. Dessa maneira, objetiva-se priorizar reflexões relacionadas aos estudos que associam a educação com o trabalho nos quais se apresentam o desafio de construir e alimentar os elos de ligação entre a educação, o ensino e as lutas, protestos, manifestações e organizações de classe que têm emergido na atualidade, bem como, o vínculo entre a educação, o ensino e a atividade revolucionária da classe trabalhadora.

O texto “Para que serve a teoria da alienação?”, de Ramon Peña Castro, trata da segunda subtemática e relaciona-se à interlocução do campo trabalho e educação com a teoria social marxiana, considerando questões como a divisão sócio-técnica do trabalho intelectual, da especialização das ciências e sua autonomização da economia e da administração burocrático-acadêmica, com vistas à retomada do estudo sobre a teoria social marxiana para melhor enfrentar os desafios colocados ao campo Trabalho e Educação.

A terceira subtemática diz respeito à formação dos trabalhadores no espaço de trabalho, da moradia, na escola e nos movimentos sociais, buscando discutir a questão da educação da classe trabalhadora em seus diversos espaços, meios e formas, do local de trabalho ao local de vida, da escola aos cursos técnico-profissionalizantes, além do território dos movimentos e lutas sociais. Estas questões são tratadas nos textos “A

⁶ A relação de pôsteres aceitos para apresentação no III INTERCRÍTICA e o álbum com fotografias dos respectivos pôsteres estão disponíveis em <https://getetutfpr.wordpress.com/2016/08/29/posteres-aceitos/> e <http://migre.me/vh8V0>

formação dos trabalhadores no espaço de trabalho”, de Acácia Zeneida Kuenzer, “A formação dos trabalhadores na escola: onde está o centro da disputa?”, de Eveline Algebaile, e “Movimentos sociais e educação: uma relação fecunda”, de Sandra Luciana Dalmagro.

Compõe ainda este Dossiê, na Seção Memória e Documentos, a programação do III Intercrítica e a lista de núcleos e grupos de pesquisa em trabalho e educação vinculados a universidades e institutos federais do país. A lista foi composta a partir das informações das fichas de inscrição dos participantes do III Intercrítica.

Esperamos que as reflexões e análises aqui socializadas nos ajudem a compreender o pano de fundo que compõe a atual conjuntura educacional brasileira. De um lado, o projeto privatista que avança de forma acelerada por meio de reformas que ameaçam ainda mais a educação pública e aprofundam a dualidade do sistema educacional. E, de outro lado, as lutas estudantis que conduzem à elevação cultural e intelectual da classe trabalhadora.

Referências:

MAKARENKO, Anton. *Poema pedagógico*. Rio de Janeiro: Akal, 2005.

MILIBAND, Ralph. Análise de classes. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 471-502.